

POLÍTICA

Jorge Cardoso/AE



Jobim: votação adiada.

Nesta página: as quatro subcomissões da CPI apresentam as listas com os pedidos de cassações de parlamentares. O relatório da CPI será lido e votado amanhã, em sessão de mais de dez horas. **Página 5:** CUT realizará auditoria no Sindicato dos Rodoviários do ABCD. **Página 6:** campanha anticorrupção do JT ultrapassa 100 mil adesões. **Página 7:** votações da revisão constitucional só começam na semana que vem. **Página 8:** Alfredinho, primo e ex-assessor de Quêrcia, aumenta seu patrimônio. Manobra adia reabertura de inquérito sobre o caso Israel.



Quêrcia:
primo e
ex-assessor
enriquece.

Subcomissões pedem 20 cassações

DIA É MARCADO POR ARTICULAÇÕES PARTIDÁRIAS PARA DEIXAR DE FORA DA LISTA ALGUNS PARLAMENTARES

Os relatórios das quatro subcomissões da CPI do Orçamento apontaram vinte parlamentares para cassação por envolvimento em irregularidades no Orçamento Geral da União, movimentação bancária suspeita, patrimônio inexplicável e aprovação de verbas públicas em benefício próprio ou de empregados.

Apesar de as quatro subcomissões (veja lista nesta página) sugerirem a cassação de vinte parlamentares, alguns, tidos como suspeitíssimos, conseguiram se livrar, como o deputado Paulo Portugal (PP-RJ). Já o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), filho do líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides, quase conseguiu ficar de fora da lista de indicação de cassação.

Uma articulação do PMDB com alguns senadores tentou livrar o deputado da indicação para cassação na lista da Subcomissão de Subvenções Sociais. Mas seu nome acabou sendo incluído na lista da Subcomissão de Emendas.

Portugal escapou da recomendação de cassação, apesar de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter constatado irregularidades "gravíssimas" na aplicação de subvenções pela Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Bom Jesus do Itabapoana, da qual ele foi fundador e sócio-dirigente. Portugal se livrou devido a articulações partidárias. O senador Nelson Carneiro (PP-RJ) chegou a ligar para o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), para fazer um apelo: que o nome de Portugal não constasse do relatório final entre os que têm culpa na liberação de subvenções sociais. Carneiro afirmou a Passarinho que Portugal estava sendo perseguido politicamente porque abandonou o PDT para se filiar ao PP.

Outro que acabou se livrando foi o deputado Francisco Dió-

Relator da CPI faz hoje uma reunião com os coordenadores de subcomissões para dirimir dúvidas sobre os nomes que serão citados

genes (PPR-AC). Não se descobriu nada sobre ele porque a documentação do TCU sobre a Fundação administrada pelo deputado ainda não chegou à CPI do Orçamento.

O senador Iram Saraiva (PMDB-GO), liderado de Mauro Benevides, chegou à Subcomissão de Subvenções quando estava sendo votada a indicação da cassação de Carlos. Iram entregou um texto em que afirmava que nada havia sido apurado contra o deputado e seu relacionamento com a prefeitura de Acaraú (CE) e com a Fundação Amadeu Filomeno. Segundo o TCU, foram constatadas irregularidades nas destinações de Carlos para a prefeitura de Acaraú e para a fundação. Mas, segundo Saraiva, as subvenções foram "de-

correncia de um trabalho político". Benevides destinou US\$ 1,49 milhão de recursos federais para a Prefeitura de Acaraú nos últimos cinco anos. A Fundação Amadeu Filomeno recebeu cerca de US\$ 1 milhão.

Participaram da articulação para tentar livrar Benevides, além do senador Iram Saraiva, o coordenador da Subcomissão de Subvenções, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), o senador Francisco Rollemberg (PFL-SE), o senador Carlos Patrocínio (PFL-RO) e os deputados Lázaro Barbosa (PMDB-GO) e Costa Ferreira (PP-MA).

Hoje, o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), pretende fazer uma reunião secreta com todos os coordenadores das subcomissões. Ele tem prazo até meia-noite para entregar o relatório à Gráfica do Senado, conforme determinação do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho. Magalhães disse que as dúvidas dos nomes que serão citados vão ser examinadas uma a uma, para que não haja discordâncias nem injustiças.



Passarinho e Magalhães decidiram que sessão só será encerrada após a votação final